

GRUPO PARLAMENTAR PS-AÇORES
INTERVENÇÃO PLENÁRIO DE PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007
TEMA: HABITAÇÃO, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
DEPUTADO JOSÉ CARLOS SAN-BENTO

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Secretários do Governo Regional

Há cerca de dois anos atrás, aprovamos nesta Assembleia o Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores, documento que constituirá, até 2008, a referência enquadradora da acção governativa e do **modelo de desenvolvimento** que o PS protagoniza nos Açores.

O Documento em causa enquadra o núcleo de competências acometido à Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos nos seguintes dois grandes objectivos estratégicos.

Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades, onde se inserem as políticas públicas de Habitação, no Programa 18 do Plano de Investimentos e Protecção Civil, no Programa.

O segundo grande objectivo estratégico, **Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes**, orienta as políticas de Equipamentos Públicos e Construção e Reabilitação de Estradas Regionais, respectivamente os Programas 22 e 23 do Plano de Investimentos da Região.

As políticas públicas de promoção de habitação, constituem, desde 1996, um vector central do modelo de desenvolvimento que o PS desenvolve nos Açores.

Contrastando claramente com os governos do tempo de Mota Amaral e Costa Neves, em que a política de Habitação era o emblema da caridadezinha própria da modernidade conservadora do PSD, o modelo de desenvolvimento do PS representou uma viragem profunda na política de promoção de habitação.

Mudou o enquadramento da política de Habitação, que passou a constituir o pilar essencial da luta contra a pobreza e da promoção de inclusão social. O actual modelo de desenvolvimento dos Açores, que o PS protagoniza, desenvolve uma abordagem multidisciplinar ao problema da exclusão, articulando habitação, educação, qualificação, emprego e promoção de oportunidades, assegurando assim uma autêntica rede de garantias sociais.

Cabe aqui uma referência especial na aposta assumida pelo Governo no reforço do apoio à habitação degradada e nos apoios aos programas de realojamentos cujo conjunto de verbas atingirá quase 10 milhões de euros de investimento público em 2007. Este enorme esforço financeiro permitirá que no final desta Legislatura se termine o plano de erradicação de barracas e de outras situações calamitosas no sector da habitação herdadas pelos governos do PS.

A reforma da política de habitação, e a sua adequação aos novos desafios e necessidades da Região, foi ainda muito recentemente concretizada nesta Assembleia através da aprovação do novo regime

jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente. Esta importante reforma, que se seguiu à alteração do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados, permite agora, a meio da Legislatura, projectar um ainda mais expressivo impulso às políticas de habitação.

São claros exemplos de novas políticas para novos tempos.

A propósito de promoção de habitação a Custos Controlados, torna-se incontornável denunciar a usurpação que constituem os programas de Custos Controlados promovidos por algumas autarquias dos Açores, em especial na de Ponta Delgada. Os programas de Custos Controlados promovidos em Ponta Delgada constituem parcerias entre o INH e promotores privados, ao abrigo de Contratos de Desenvolvimento Habitacional. Acarretam um custo nulo para a Autarquia, que fica apenas responsável pela elaboração e gestão das listas de candidatos à compra de habitação. A solução, que se está a estender a outras Câmaras Municipais tem como resultado situações de profunda injustiça social. As autarquias, nestes programas, ao não contribuírem com a cedência de terrenos ou com a infra estruturação dos mesmos são responsáveis por um agravamento entre 15 a 20% no custo final dos fogos habitacionais. O que resulta num número cada vez maior de casas vendidas em regime de venda livre, representando assim uma clara injustiça e o agravamento do desajustamento na oferta de habitação a jovens casais com baixos rendimentos.

Felizmente que o Governo tem uma prática diferente. Os programas habitacionais de Custos Controlados promovidos pelo Governo Regional têm sido correctamente direccionados para as famílias com dificuldade em adquirir habitação. Superando os 300 fogos por ano. O governo tem, por essa via, assumido o seu papel determinante na gestão da oferta do mercado habitacional, no ordenamento do território e na imprescindível regulação do mercado da habitação.

O GPPS salienta que a promoção de habitação por parte do GR tem tido também uma lógica verdadeiramente regional, com investimentos significativos em todas as ilhas, contando com majorações para as ilhas da coesão. A Política de Habitação desempenha assim um papel central na prossecução do objectivo da coesão regional. Uma coesão que também passa pelo maior esforço da oferta habitacional garantindo, simultaneamente, a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional da Região.

Mas falarmos de Coesão é também falarmos do Modelo de Desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores. Para se atingir os patamares de desenvolvimento económico e social, e a coesão que ambicionamos para a Região, é imprescindível melhoramos e reforçamos as nossas acessibilidades e a nossa coesão territorial tal como tem vindo a ser feito.

Esses são desígnios que o Plano de Investimentos da Região para 2007 promove de forma objectiva e inegável. Tendo como um dos exemplos mais expressivos o Programa de Construção e Reabilitação de Estradas Regionais que absorverá mais de 50 milhões de euros no próximo ano.

Continuaremos, assim, a conferir uma clara prioridade à eficácia e operacionalidade do Sistema Rodoviário Regional, melhorando as acessibilidades e promovendo o desenvolvimento e a coesão também através da reabilitação, da conservação e da construção de novos troços de estradas.

Investindo, por essa via, em todas as ilhas dos Açores, dando sustentação estrutural ao modelo de desenvolvimento socio-económico com que o PS tem governado os Açores.

Um modelo de desenvolvimento que também assenta no importante volume de negócios do sector da Construção Civil e Obras Públicas, que na Região continua a ter um peso muito relevante. Quer por via do volume de negócios, mais de 500 milhões de euros em 2004, quer por via do peso do sector na estrutura de emprego da Região, com quase 12% dos activos, traduzidos em mais de 16 mil postos de trabalho em 2005. O que representa mais de 10% do Valor Acrescentado Bruto da economia regional.

O GPPS salienta ainda o papel importante que o Governo continuará a desempenhar nos apoios à renovação da frota de transportes colectivos, possibilitando um claro avanço na melhoria qualitativa desse serviço nos Açores. Com destaque para a criação do serviço nocturno de Transportes Públicos.

O GPPS constata com satisfação que a melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a merecer uma especial atenção da parte da SRHE. Trata-se de uma prioridade importante, pois contribuirá para a intensificação da prevenção rodoviária, para o aumento da segurança do Sistema Rodoviário Regional, e para a redução dos índices de sinistralidade que constituem hoje, cada vez mais, conforme revelam as estatísticas, uma preocupação dos nossos concidadãos.

Gostaríamos ainda de destacar, nesta abordagem que procedemos às áreas da competência da SRHE, o papel de influência que o GR tem que continuar a desenvolver junto do sector empresarial de comunicações e de telecomunicações.

A sustentação do modelo de desenvolvimento dos Açores implica a eliminação de desigualdades que ainda persistem nesses sectores, nomeadamente na infra-estrutura de acesso à Internet em banda larga e também na cobertura da rede de comunicações móveis. E também exige uma vigilância redobrada nas possíveis reformas e desregulação no sector das comunicações postais.

Embora não tendo a tutela directa sobre as empresas em causa, é fundamental que o Governo continue a desenvolver a pressão política necessária para salvaguardar o interesse público da Região no acesso a serviços num sector estratégico deficientemente regulado no nosso País.

O modelo de desenvolvimento que o PS/Açores protagoniza, também se reflecte de uma forma muito clara no reforço dos investimentos em Protecção Civil. Hoje, é indiscutível que concretizámos uma viragem completa na forma de encarar a prevenção e a protecção dos açorianos perante riscos colectivos inerentes às características naturais da nossa Região.

Para o próximo ano o Governo assegura, pela expressão financeira que inscreve no seu plano de Investimentos, a continuação do ciclo de dotação infraestrutural, de grandes melhorias operacionais, de dignificação e de formação dos agentes do sector nos Açores. São notáveis os desenvolvimentos e os progressos no campo da protecção civil na nossa Região, tal como ainda Domingo passado muito bem salientou o Sr. Secretário Regional da Habitação.

São também claros exemplos da nova dinâmica dedicada ao sector os investimentos na aquisição de material e viaturas para as corporações de Bombeiros, que terão novos e mais avançados meios de

intervenção e salvamento. Um exemplo concreto da atenção do Governo passa pelo reforço de meios para o serviço de transporte de ambulância, correspondendo plenamente a um alerta que os Deputados do PS atempadamente realizaram em sede de Comissão.

Todo o esforço desenvolvido pelos governos do PS em matéria de Protecção Civil terá continuidade em 2007, atingindo um volume global de investimentos de quase 8 milhões de euros, representando um crescimento de 18%. Este grande esforço financeiro representa um projecto enquadrado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos, pela sensibilização das populações, pela parceria técnico-científica com a Universidade dos Açores e principalmente pelo reforço de meios canalizados para o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo

É inegável o sucesso governativo nas áreas que aqui procurei abordar.

Apesar deste balanço positivo, os açorianos podem continuar a contar com o inconformismo do GPPS para continuarmos a zelar pelo cumprimento de todos os nossos compromissos eleitorais.

As políticas de Habitação, Equipamentos, Transportes e Comunicações são fundamentais para reduzir assimetrias territoriais, sociais e económicas das diferentes Ilhas e para o reforço da promoção do desenvolvimento integrado, equilibrado e multipolar da Região.

O Governo do PS não é como outros governos do passado, governos que funcionavam numa lógica de nove federações de interesses estanques de ilha ou mesmo concelhios.

Os governos do PS têm desenvolvido, desde 1996, um claro modelo de desenvolvimento integrado em que a perspectiva regional, pela primeira vez na nossa história, emerge como uma realidade determinante da decisão política.

Este novo contexto político, enquanto realidade dinâmica e transformadora, implica que os Açores vivam, em cada uma das nossas Ilhas, uma realidade de profunda transformação socio-económica que infelizmente não é do conhecimento de todos os Açorianos.

O PSD sabe disso e explora essa lacuna perceptiva com alusões falsas à falta de estratégia da governação, promovendo desenfreadas campanhas mediáticas de vulgarização da obra do Governo. O PSD não tem qualquer autoridade para criticar o modelo de desenvolvimento dos Açores, uma vez que é uma oposição que falha sempre nos momentos decisivos. Em pleno prelúdio da discussão do Plano e Orçamento da Região para 2007 o PSD opta, uma vez mais, pela auto desresponsabilização ao anunciar o seu voto contra as propostas em análise. O PSD é como aqueles avançados de futebol que nas finais falham sempre os golos decisivos.

Apesar desta situação peculiar da parte do PSD, os Açorianos podem confiar no PS e neste Parlamento. Tal como diversas vezes referi no passado, a maioria absoluta do PS nesta Assembleia continuará a garantir as condições de estabilidade, de credibilidade, de governabilidade, de seriedade e



de confiança. Condições essenciais para concretizar o modelo de desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores e que queremos a todo o custo aprofundar.

Disse!
Horta, Sala das Sessões, em 23 de Novembro de 2006
O Deputado
José Carlos San-Bento